

Proposta garante 0,5% do PIB a infraestrutura de transportes

Proposta do senador Acir Gurgacz estabelece que União reserve no Orçamento os recursos para desenvolver setor considerado crucial para o crescimento econômico do país. Nos anos recentes, foi investido cerca de 0,2%



O Orçamento da União deverá reservar, anualmente, o equivalente a pelo menos 0,5% do produto interno bruto (PIB) para programas de infraestrutura no setor de transportes. É o que diz proposta de emenda constitucional apresentada pelo senador Acir Gurgacz, em exame pela CCJ.

Enquanto a produção de grãos do país aumen-

tou 80% nos últimos dez anos e a frota de veículos subiu 115% no mesmo período, a média anual de investimentos em transporte não passou de 0,2% do PIB.

Segundo o próprio plano nacional de logística do governo federal, o setor de infraestrutura de transportes precisaria de pelo menos R\$ 290 bilhões em investimentos até 2023. 3

Porto de Paranaguá, no Paraná: falta de investimentos na infraestrutura de transportes compromete esforço produtivo do país, segundo o autor da proposta, Acir Gurgacz

Denúncias contra Erenice Guerra podem motivar reunião da CCJ antes das eleições 2

Proposta torna crime violência de torcida organizada 4

Projeto sugere devolução de salário de servidor grevista 4

Dito popular ganha forma em pinturas

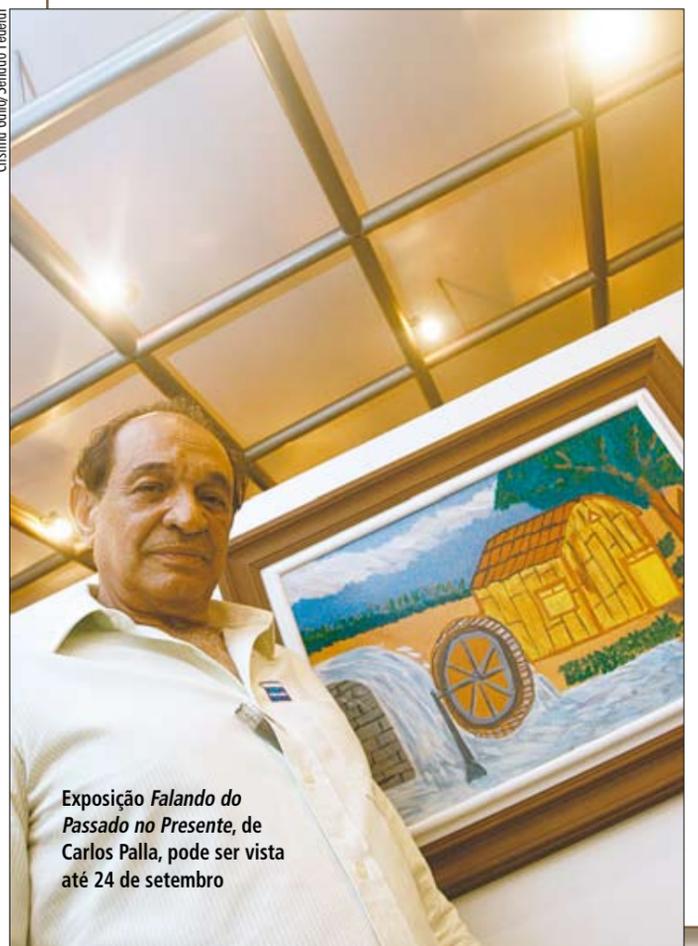
Ditos populares – como “o amor é cego”, “não é assim que a banda toca”, “água mole em pedra dura tanto bate até que fura” – inspiraram Carlos Palla a criar telas em acrílico que compõem extensa coleção de arte naïf (ingênuo). Dezesesseis dessas obras estão expostas no Senado. 2

Escreva você também uma parte da nossa história.
A capital de todos os brasileiros faz 50 anos e o Senado Federal vai premiar as melhores redações sobre Brasília.

Se você é estudante dos dois últimos anos do Ensino Médio das escolas públicas estaduais e tem entre 16 e 19 anos, participe do III Concurso de Redação do Senado Federal.
Mais informações: www.senado.gov.br/concursoredacao

SENADO FEDERAL

Cristina Gallo/Senado Federal



Exposição *Falando do Passado no Presente*, de Carlos Palla, pode ser vista até 24 de setembro

Pinturas sobre ditos populares em exposição no Senado

“O amor é cego”, “não é assim que a banda toca”, “água mole em pedra dura tanto bate até que fura”. Esses e outros ditos populares inspiraram o artista plástico Carlos Palla a criar telas em acrílico que compõem a maior coleção de arte *naïf* (ingênua) sobre o tema no mundo. Dezesesseis dessas obras

podem ser vistas na exposição *Falando do Passado no Presente*, até 24 de setembro, no Espaço Cultural Ivandro Cunha Lima, no Senado Federal.

Mineiro de Ubá, militar reformado, pintor e artesão, Carlos Palla começou a pintar em 2004 de forma despreziosa.

– Comecei a pintar como

hobby. Comprei as telas e tintas, mas lembrei que nunca havia desenhado na vida. Ao ler um livro sobre ditos populares, decidi pintar sobre o assunto. Era apenas uma brincadeira, mas um amigo artista plástico viu meus quadros e me explicou que era coisa séria: arte *naïf*.

Caracterizada pela visão in-

gêna do mundo e pela ausência de formas convencionais de composição, a arte *naïf* foi o caminho encontrado por Palla para se expressar.

– Passei a pesquisar. Visitei o museu de arte *naïf* que fica no Rio de Janeiro, li bastante material na internet e adotei o estilo.

Simon pede informações a procuradoria sobre Erenice

Demóstenes Torres poderá convocar reunião extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça para antes das eleições. Objetivo é analisar denúncias

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) enviou ao procurador-geral da República, Roberto Monteiro Gurgel Santos, pedido de informação sobre denúncias de tráfico de influência na Casa Civil envolvendo a ex-ministra Erenice Guerra. A informação é do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que apresentou o requerimento solicitando as informações.

De acordo com o parlamentar, os entendimentos para o envio da solicitação ao procurador-geral foram acertados em conversa por telefone mantida com o presidente da CCJ, Demóstenes Torres (DEM-GO).

Simon informou ainda que Demóstenes convocará uma reunião extraordinária da CCJ, antes das eleições, para analisar os documentos a serem enviados pela Procuradoria-Geral da República.

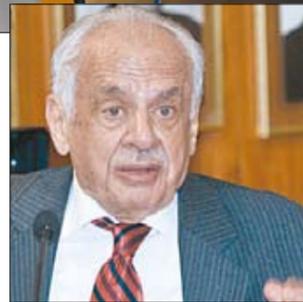
– Temos que conhecer o conteúdo das denúncias que chega-



Simon diz que o Senado precisa ser informado sobre denúncias que levaram à saída de Erenice Guerra do governo

ram à procuradoria, saber das providências tomadas e analisar o assunto na CCJ – disse.

O senador afirmou que a Procuradoria-Geral da República possui muitos documentos com relação às denúncias veiculadas pela imprensa nos últimos dias que envolvem um filho de Erenice Guerra e servidores da Casa Civil, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e dos Correios.



José Cruz/Senado Federal

Na opinião de Simon, os fatos ocorridos são graves e o Senado precisa ser informado sobre as origens e os desdobramentos desse caso, bem como das providências adotadas pela Procuradoria-Geral da República.

Campo Grande e Goiânia fazem últimos debates sobre o CPC

O projeto de novo Código de Processo Civil (CPC) será debatido hoje em Campo Grande – sétima audiência pública externa –, no auditório do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, a partir das 9h30. Amanhã, no mesmo horário, integrantes da comissão especial de senadores designada para examinar a proposta ouvem a comunidade jurídica de Goiás, encerrando o ciclo de audiências, no auditório

do TJ, em Goiânia. Valter Pereira (PMDB-MS), relator do projeto de novo código (PLS 166/10), disse que o Senado está cumprindo uma “agenda positiva” ao desenvolver os trabalhos de elaboração de códigos

importantes para a sociedade. Atualmente, estão em análise o Código de Processo Penal (CPP), já caminhando para a sessão final de discussão em Plenário, e o Código Eleitoral, na fase de elaboração do anteprojeto.

Código Eleitoral

A elaboração de anteprojeto

por comissão de especialistas é uma das etapas da elaboração de códigos de leis. O grupo designado pelo Senado para preparar o texto inicial do Código Eleitoral também está ouvindo a sociedade sobre os aspectos jurídicos do sistema eleitoral e dos procedimentos adotados nessa área. As audiências foram programadas para sete capitais, e começaram por Belo Horizonte, na semana passada. A

próxima audiência será em Recife, em 15 de outubro.

No caso do CPC, uma comissão especial de juristas preparou o anteprojeto do novo código, depois de percorrer o país para ouvir, em audiências pú-

blicas, as opiniões de profissionais do Direito. Um dos pontos de convergência nos debates em torno dos novos códigos é a necessidade de adotar mecanismos que permitam mais agilidade aos processos, para a redução do tempo de espera pelo julgamento final das ações.

Novos códigos vão adotar mecanismos que permitam maior agilidade nos processos legais

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão não deliberativa

14h A sessão plenária é não deliberativa. Será destinada a pronunciamentos de senadores e comunicados da Mesa diretora.

CPC Penúltima audiência pública hoje, em Campo Grande

9h A comissão especial destinada a examinar o projeto de lei que reforma o Código de Processo Civil realiza audiência pública em Mato Grosso do Sul. Entre os participantes, os juizes Luiz Gonzaga Mendes Marques e Marcus Abreu de Magalhães, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, e o coordenador do curso de Direito da Universidade Anhanguera – Uniderp, Marcelo Monteiro Salomão.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no *Jornal do Senado* pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Valter Pereira, relator do novo Código de Processo Civil, afirma que “Justiça tardia é injustiça”



J. Freitas/Senado Federal

Correção

Ao contrário do informado na edição de sexta-feira do *Jornal do Senado*, os adesivos para divulgação na frota de veículos da Casa do 3º Concurso de Redação do Senado

Federal foram criados pela Subsecretaria de Projetos Especiais. A campanha de divulgação do concurso é uma iniciativa da Secretaria de Relações Públicas.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo Alves e Osmar de Jesus Miranda
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920



Projeto de Antônio Carlos Valadares será examinado pela CCJ

Concurso poderá reservar até 5% de vagas a idosos

Pelo menos 5% das vagas de concursos públicos poderão ser destinadas a candidatos com mais de 60 anos, ressaltados os casos em que a natureza do cargo impedir essa cota. É o que determina proposta que poderá estar na pauta da próxima reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), prevista para ocorrer no dia 6 de outubro.

O Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03) já veda a fixação de limite máximo de idade como requisito para admissão em emprego público, ressalvadas as situações em que a natureza do cargo o exigir. O que o autor do projeto (PLS 60/09), senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), propõe é acrescentar a essa lei a reserva da cota para pessoa com mais de 60 anos, o que, segundo argumenta, beneficiará a sociedade "pela contribuição social e profissional que pessoas mais maduras e experientes podem oferecer".

Em sua argumentação, Valadares cita estimativa indicando que, em 2020, 13% da população do país terá mais de 60 anos, o que representará um contingente em torno de 30 milhões de pessoas. Para o senador, garantir trabalho aos idosos é uma forma de preparar a sociedade para o crescimento desse segmento. Em seu voto favorável, a relatora, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), disse que o projeto dá ainda esperança às pessoas da terceira idade, as quais, por falta de emprego disponível, enfrentam problemas como "frustração e baixa autoestima".

O projeto já foi aprovado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Se for aprovado na CCJ e não houver recurso para que seja votado em Plenário, seguirá para análise da Câmara dos Deputados.



Relatora, Lúcia Vânia diz que iniciativa dá esperança a idosos

Senador apresenta proposta de emenda constitucional fixando percentual mínimo de investimentos na infraestrutura da área. Segundo ele, deficiências dificultam escoamento da produção e comprometem o agronegócio

Gurgacz quer obrigar governo a gastar 0,5% do PIB no setor de transportes

A UNIÃO DEVERÁ aplicar, a cada ano, em programas de infraestrutura de transportes, pelo menos o equivalente a 0,5% do produto interno bruto (PIB) apurado no ano anterior. Esse dispositivo poderá ser incluído na Constituição federal se a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 3/10, apresentada pelo senador Acir Gurgacz (PDT-RO), for aprovada. A PEC foi encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde será relatada pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ).

Acir Gurgacz argumenta que, desde os anos 1980, o setor de infraestrutura de transportes sofre pela ausência de investimentos. Ele assinala que a consequência dessa falta de recursos pode ser comprovada tanto por meio da



má conservação das rodovias e do aumento no número de acidentes rodoviários quanto pelas longas filas de caminhões carregados, à espera do embarque nos portos, e pela carência de opções para o escoamento

das safras agrícolas.

Segundo o senador, a média de recursos investidos ao longo dos últimos anos, independentemente de quem esteja governando o Brasil, mal chega a 0,2% do PIB. Esse volume de dinheiro,

lembra, não é suficiente para suprir as necessidades de expansão da infraestrutura de transportes. Gurgacz ressalta que um dos setores que mais sofre com a falta de ferrovias, portos e hidrovias para escoar sua produção é o agronegócio.

O parlamentar informa que, nos últimos dez anos, a safra de grãos do Brasil cresceu cerca de 80%: de 80 milhões de toneladas. No mesmo período, a frota de veículos automotivos do país subiu de pouco mais de 28 milhões para quase 60 milhões, um salto de 115%. Ele acrescenta que o próprio governo federal, no Plano Nacional de Logística, estimou que seriam necessários pelo menos R\$ 290 bilhões de investimentos no setor até 2023.



Portos brasileiros precisam de novos investimentos para atender à crescente produção agrícola e industrial do país



Gurgacz revela que média de recursos nos anos recentes mal chegou a 0,2%

Serys defende assinatura eletrônica em projeto de iniciativa popular

Assinaturas eletrônicas poderão passar a ser contabilizadas para formar o número de apoios necessários à apresentação de projetos de lei de iniciativa popular. É o que determina proposta (PLS 129/10) da senadora Serys Silhessarenko (PT-MT), em tramitação na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

Um exemplo recente da importância da participação dos cidadãos na produção legislativa é a Lei da Ficha Limpa, originária de um projeto de iniciativa popular. Serys considera que o número de assinaturas exigidas para apresentação desse tipo de proposta (mais de 1 milhão) inibe e quase chega a inviabilizar a mobilização popular com

esse objetivo. Afinal, diz ela, ao trabalho de coleta, é preciso acrescentar outro ainda maior de controle dessas assinaturas, para evitar fraudes.

A possibilidade de apresentação de projeto por iniciativa popular foi instituída pela Constituição de 1988 e está regulamentada pela Lei 9.709/98. Esse tipo de projeto deve ser subscrito por, no mínimo, 1% do eleitorado nacional, distribuído por pelo menos cinco estados, com não menos de 0,3% dos eleitores de cada um deles. Como o eleitorado brasileiro ultrapassa os 135 milhões de cidadãos, exige-se cerca de 1,35 milhão de assinaturas em projetos dessa natureza.

Serys acredita que a proposta permitirá maior participação direta e contribuirá para consolidar a legitimidade das instituições representativas do país.

O projeto prevê ainda a possibilidade de transformar em sugestões legislativas projetos de iniciativa popular que não atinjam o percentual de assinaturas. Nesse caso, eles deverão seguir as normas estabelecidas para propostas sugeridas por sindicatos, associações e organizações não governamentais: serão estudadas pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) no caso do Senado, ou pela Comissão de Legislação Participativa, no caso da Câmara – e, se aprovadas, tramitarão normalmente.

O projeto, relatado por Alfredo Nascimento (PR-AM), terá decisão terminativa na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Ficha Limpa

O projeto que deu origem à Lei da Ficha Limpa foi apresentado pelo Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral e recebeu 1,6 milhão de assinaturas, apresentadas em 2009, quando o projeto foi entregue na Câmara. O texto continuou a receber apoio por meio da internet, somando mais de 2 milhões de assinaturas antes de chegar ao Senado. A Lei da Ficha Limpa veta a candidatura de políticos condenados na Justiça por decisão colegiada, em processos ainda não concluídos.



A Lei da Ficha Limpa teve origem em projeto de iniciativa popular que recebeu apoio de mais de 2 milhões de assinaturas



Senadora acredita que sua proposta fortalece a representação política

Comissão de Educação, Cultura e Esporte analisa proposta que tenta reprimir os crescentes casos de vandalismo associados às facções organizadas



Torcedor que se reunir a outros para agredir pessoas ou depredar propriedades pode ser punido com três anos de prisão

Projeto pune ação de torcida violenta com prisão e multa

A COMISSÃO DE Educação, Cultura e Esporte (CE) pode analisar, em seu próximo encontro, o projeto de lei do Senado (PLS 110/10) que define como crime a reunião de três ou mais indivíduos em torcida organizada para a prática de violência contra pessoa ou para depredação de bens públicos ou privados. A proposta é do senador Demóstenes Torres (DEM-GO) e tem como relator Jefferson Praia (PDT-AM).

O projeto acrescenta o artigo 288-A ao Código Penal

(Decreto-Lei 2.848/40) para definir o crime de "torcida organizada voltada para a prática de violência". Assim, três ou mais indivíduos que se reúnam em torcida organizada com o objetivo de praticar violência contra pessoas ou "depredação de coisa" poderão ser condenados a pena de reclusão de um a três anos e multa. O artigo não impede que essas pessoas sejam condenadas também pelo ato violento em si.

Na justificativa do projeto, Demóstenes argumenta que

a violência dentro e fora dos estádios de futebol já virou rotina no Brasil. De acordo com o senador, "os maus torcedores que integram essas facções agem como verdadeiros vândalos, depredando o patrimônio público e privado, agredindo e até matando pessoas".

O objetivo da proposta, segundo o senador, é desestimular a formação "dessas facções de vândalos travestidas de torcidas organizadas". Ele acrescenta que o crime poderá ser punido mesmo que não tenha



Demóstenes Torres, autor do projeto: "Vândalos travestidos de torcedores"

sido planejado ou combinado previamente.

Depois de ser votado na CE, o projeto seguirá para apreciação, em caráter terminativo, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Grevistas punidos a partir de 2007 podem ter salários devolvidos



Paim afirma que medida restaura clima de entendimento vigente desde 2003

Os servidores públicos que sofreram qualquer tipo de punição por terem participado de movimento reivindicatório ocorrido a partir de 1º de janeiro de 2007 poderão ser anistiados. Esta é a intenção do senador Paulo Paim (PT-RS), que apresentou projeto (PLS 226/10) neste sentido, em exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A proposta estabelece que os descontos "de qualquer valor da remuneração dos servidores em razão da ausência ao trabalho" sejam suspensos. Valores já descontados deverão ser

devolvidos. Também determina o cancelamento de processos administrativos disciplinares em andamento pelo mesmo motivo.

Paim afirma que, desde junho de 2003, quando foi implantada a Mesa Nacional de Negociação Permanente entre o governo e servidores públicos, "todas as decisões do governo com relação aos servidores públicos têm sido presididas pela democracia e pelo diálogo". O senador acrescenta que todos os planos de carreiras, alterações de remuneração e ajustes da força de trabalho "têm sido precedidos

por negociações".

Alguns movimentos reivindicatórios recentes, no entanto, provocaram conflitos entre a administração e os servidores. Ao propor a anulação das punições, Paim diz que pretende "retomar o clima de entendimento e permitir que não se fira a boa relação entre o Estado e seus funcionários".

A medida proposta, argumenta Paim, visa restaurar a paz no seio da administração pública. Pelo projeto, seriam beneficiados os servidores da administração federal direta, autárquica e fundacional.

Campanha do voto consciente chega ao exterior

Lançada há um mês, a campanha "Seu voto faz o Congresso Nacional", criada pelo Senado para promover o voto consciente nas eleições deste ano, tem alcançado brasileiros em todo o país e até no exterior. Um exemplo é o engenheiro Marco Figueiredo, que vive há 22 anos nos Estados Unidos, onde atua como pesquisador na agência espacial norte-americana (Nasa). Ele é um dos eleitores que entraram em contato com a equipe responsável pela campanha para apresentar comentários e sugestões.

O engenheiro sugeriu uma correção no jogo de perguntas e respostas – disponível no site da campanha – que simula uma partida de futebol de botão. Marco observou que o gol não era válido porque o último botão estava em posição de impedimento. Depois de ver o pequeno erro corrigido, o engenheiro gravou um depoimento comentando sua condição de eleitor fora do país e ressaltando a importância do voto. "Em 3 de outubro, votem consciente, é importante formar um Congresso honesto e inteligente", diz no vídeo, disponível no canal da campanha no YouTube (www.youtube.com/SenadoBR).

A internet tem sido um meio importante para a interação entre a equipe da campanha e os cidadãos. "Como não dispomos de verba para compra de mídia, a proposta da campanha é utilizar a internet como principal canal de divulgação", avalia Elga Lopes, diretora da Secretaria de Projetos Especiais do Senado.

Mas não são apenas as novas mídias que têm atraído o público. Anthony de Pádua, de Caruaru (PE), interessou-se pela campanha quando descobriu que uma das peças era um cartão postal. Membro de uma associação de cartofilistas, ele adicionou o item à sua coleção e aproveitou para divulgar a campanha entre colegas.

O *hotsite* (www.senado.gov.br/seuvotofazocongresso) da campanha fica no ar até o próximo dia 2 de outubro. No Twitter, a conta *@vocenosenado* permanecerá ativa mesmo depois das eleições.

